

Política social de esporte e lazer no governo Lula: o Programa Esporte e Lazer da Cidade / *Social policy of sport and leisure in Lula government: Program the Sport and Leisure City*

WAGNER MATIAS¹

Resumo: Este estudo analisa o Programa Esporte e Lazer da Cidade (Pelc), de responsabilidade do Ministério do Esporte (ME). A pesquisa utilizou categorias e indicadores propostos por Boschetti (2009). Identificamos o marco legal, a abrangência, os critérios de acesso e permanência, as formas de articulação com esferas do governo e organizações não governamentais. Constatamos a asfixia orçamentária vivenciada pelo programa – que deve persistir tendo em vista a realização dos megaeventos esportivos no país –, a dependência de emendas parlamentares, a dificuldade dos gestores em compreender o desenho conceitual inovador do Pelc, que prevê um modelo de gestão compartilhada, a auto-organização, o trabalho coletivo e a vivência dos conteúdos do lazer de forma intergeracional.

Palavras-chave: governo Lula; política social; política social esportiva; Programa Esporte e Lazer da Cidade.

Abstract: This study analyzes the Programa Esporte e Lazer da Cidade (Pelc), the responsibility of the Ministry of Sports (ME). The survey used categories and indicators proposed by Boschetti (2009). We identify the legal framework, scope, criteria for access and retention, the forms of articulation with spheres of government and non-governmental organizations. We also saw evidence of asphyxia experienced by the program-budget that must persist in order to achieve the mega sports events in the country-dependence of parliamentary amendments, the

1 Especialista em Educação Física Escolar. Ministério do Esporte, Brasília-DF.

difficulty of managers in understanding the conceptual design of innovative Pelc, which provide for a shared management model, the self-organization, collective work and leisure experience of content so intergeracional.

Keywords: Lula government, social policy, social policy sports; Program Sporting Goods City.

Introdução

O presente estudo analisa o Programa Esporte e Lazer da Cidade (Pelc), desenvolvido pelo Ministério do Esporte (ME), que possui a missão de suprir a carência de políticas sociais de esporte recreativo e lazer da população, especialmente daqueles que estão à margem da sociedade.

O Pelc foi criado a partir das experiências de gestores públicos municipais e estaduais pertencentes ao campo popular e democrático da política e do acúmulo de conhecimentos dos setores progressistas da educação física e das ciências do esporte.

No desenho conceitual do programa encontram-se diversos pontos inovadores no trato do esporte como política pública e social. Entretanto, ao longo dos anos foram surgindo limites para sua plena implementação.

Nesta investigação, olhamos para o Pelc sob três aspectos: a) o direito ao esporte e lazer; b) o financiamento; c) a gestão e o controle social. Para tanto, iniciamos com a apresentação do contexto de elaboração do programa.

A partir de uma visão de totalidade das relações sociais, seguimos as pistas deixadas pela reestruturação capitalista de meados da década de 1970, buscando entender como o país foi se adaptando nos campos político, econômico, social e cultural aos ditames neoliberais.

Assim, a análise do Pelc perpassa pela compreensão das transformações do Estado no atendimento das necessidades humanas básicas,

pela alternância de membros dirigentes do bloco no poder e pela criação de estrutura administrativa específica no seio do governo federal para o esporte e o lazer.

Com esta teia, passamos às particularidades e contradições do programa, procurando identificar os avanços, os limites e os desafios dentro do quadro categorial elencado.

Caminho metodológico

O estudo parte do pressuposto da indissociabilidade entre política econômica e social apontada por Vieira (1992) e das múltiplas determinações e a complexidade da política social colocada por Pereira (2009).

Para a construção da análise, adotamos o modelo formulado por Boschetti (2009). Ela sugere três aspectos para análise e avaliação das políticas sociais, a saber: a) configuração e abrangência dos direitos e benefícios; b) configuração do financiamento e gasto; c) gestão e controle democrático.

A autora desdobra estas dimensões em fatores e indicadores e ressalta a necessidade do pesquisador conhecer a política e/ou programa a ser analisado para que possa utilizá-los ou mesmo realizar as adaptações e construir outros elementos para subsidiar a reflexão proposta.

Para o desenvolvimento da investigação, foi realizada uma revisão da literatura, que assumiu, numa primeira fase, o caráter de estudo exploratório. O levantamento bibliográfico sobre o tema estudado possibilitou melhor entendimento sobre o Pelc, complementado com a análise dos seguintes documentos: Plano Nacional do Esporte, Diretrizes do Pelc e Relatório de Gestão do Ministério do Esporte. Acerca do financiamento extraímos alguns dados do Portal da Transparência, do governo federal, e do portal Siga Brasil, do Senado, sobre o orçamento federal.

Reestruturação do capitalismo

A partir dos anos 1970, eclode em diversos países mais uma crise estrutural do modo de produção capitalista. Apesar de uma retórica conciliatória, de uma nova “ordem mundial”, ela foi o que faltava para a adoção de atitudes mais agressivas e aventureiras do capital (MÉSZÁROS, 2011).

Neste período, o Brasil, que possuía um quadro social e econômico de crise, mas com peculiaridades no campo político – alternância de regimes e movimentos de esquerda forte –, adere, de forma tardia, à nova lógica do capitalismo.

Assim, o país entrou para a nova etapa do capitalismo mundial, a partir do governo Collor. Entretanto, “o escolhido”, de fato, pelas instituições financeiras internacionais (Fundo Monetário Internacional-FMI e Banco Mundial), para efetivamente colocar em ação os (des) ajustes econômicos foi Fernando Henrique Cardoso (FHC).

O eixo de seu governo seguiu as orientações do Consenso de Washington,² as políticas sociais foram permeadas pela racionalização dos recursos, pela transferência dos serviços públicos para entidades privadas e do Terceiro Setor³ (processo de “descentralização”, publicização) e pela focalização do serviço público em detrimento da universalização como proposto no texto constitucional (BEHRING, 2008; MONTAÑO, 2010).

A política social do período pós-88, fruto da opção (ou imposição) de um modelo de desenvolvimento econômico, não privilegiou as prescrições da Constituição. Na correlação de forças estabelecida nos processos eleitorais até 2002, prevaleceram os interesses dos detentores do capital econômico o que levou à diminuição do gasto público e da responsabilidade do Estado como provedor de direitos sociais, transfe-

2 Sobre isso ver Veronez (2005) e Montaña (2010).

rindo suas obrigações para instituições não estatais, seja via privatização ou através de parcerias.

Os estragos promovidos pelas políticas neoliberais de encolhimento do Estado no trato da “questão social”, com medidas compensatórias e paliativas não por motivo de falta de eficiência, mas por ter que se adequar à nova lógica neoliberal, revertendo então todas as conquistas adquiridas na década de 80, ampliaram a “dívida social” do país (MONTAÑO, 2010).

O governo Lula

A eleição de Lula foi produto do fracasso do governo FHC, da consequente reprovação da sua gestão e da resistência dos movimentos populares, mesmo golpeados pelas políticas neoliberais (SADER, 2010).

De acordo com Boron (2010), em 2002, três em cada quatro brasileiros rejeitaram nas urnas a continuidade das políticas desenvolvidas por FHC, simbolizadas pelo seu candidato José Serra.

Assim, a eleição de Lula possui uma relação direta com as fissuras no bloco de poder promovidas por algumas medidas adotadas pelo governo anterior. O então candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) conseguiu angariar apoio de setores da burguesia industrial, do médio capital e da burguesia nacional de Estado.

Conforme Boito Jr. (2007), os três movimentos da política neoliberal de FHC favoreceram o grande capital financeiro nacional e internacional. Mas somente o primeiro, a mercadorização e a desregulamentação dos direitos sociais, concedeu unidade à burguesia. As privatizações promoveram perdas para a fração que controlava as estatais e às empresas de médio porte que não puderam participar do processo. E, com as medidas de abertura comercial e a desregulamentação financeira, o capital industrial foi negligenciado em detrimento do grande capital financeiro.

De acordo com Behring (2008, p. 23):

O novo governo encontra o país dilacerado e com uma série de armadilhas econômicas – com destaque para a bomba de juros em combinação com o endividamento externo e interno, somando as atitudes predatórias dos especuladores – amarras jurídicas, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal, para que o Estado possa cumprir um papel estruturante e redistributivo. Portanto, a tarefa é a de uma corajosa reconstrução do Brasil após avalanche – o dilúvio neoliberal com suas graves sequelas – que deixa de herança um país privatizado, profundamente endividado, ainda mais desigual e violento.

Fagnani (2011) demonstra isso em números, ou seja, em 2002, a inflação bateu 12,5%; a taxa de juros (Selic) atingiu 25%. O risco Brasil saltou de 861 pontos em 2001 para 1.445 pontos no último ano de FHC. As reservas internacionais atingiram seu menor nível desde 1994. A relação dívida externa bruta/PIB chegou ao patamar mais alto dos últimos anos – 42%. A dívida líquida do setor público atingiu o topo desde o início dos anos de 1990 (57% do PIB).

Sem dúvida, Lula recebeu um país com uma economia em situação difícil e uma “dívida social altíssima”. Ele também herdou consensos nacionais tecidos por anos de neoliberalismo, incorporados na chamada “Carta ao povo brasileiro”.⁴ Os princípios da sua gestão constam neste documento, lançado antes do pleito de 2002, na tentativa de acalmar o mercado financeiro – fração hegemônica no bloco de poder.

Neste documento, Lula se compromete a cumprir todos os contratos firmados, em pagar juros da dívida externa e a combater a infla-

4 Singer (2009; 2010) considera que a “Carta ao povo brasileiro” foi sendo tecida desde a derrota do PT em 1989. Nas eleições daquele ano, no segundo turno, houve polarização por nível de renda nas eleições e Collor obteve o maior percentual de votos entre os eleitores mais pobres. O documento lançado em 2002, como estratégia de campanha, torna-se orientação do partido, pois o governo, **ao manter o tripé da política econômica neoliberal, impede reações do capital à sua política social e possibilita ao PT, sem grandes instabilidades, a adesão do subproletariado.**

ção. Por outro lado, também, expressa o desejo da mudança, de diminuir a desigualdade e ampliar os investimentos no campo social.

Ao assumir o governo, em 2003, manteve o tripé da política macroeconômica, o controle da inflação, o câmbio flutuante e o superávit primário, inclusive com mais consistência que o presidente FHC.⁵ Neste sentido, ocorreu no Brasil o mais do mesmo, “ratificando-se o rumo neoliberal adotado por sucessivos governos brasileiros, se bem que com um ligeiro matiz, especialmente sobre o final do primeiro mandato de Lula: a extensão do “bolsa família” (...)” (BORON, 2010, p. 75).

Perry Anderson (2008, p. 22-23, apud BORON, 2010, p. 60) chega a dizer que:

O regime de Lula poderia ser considerado, de um certo ponto de vista, como a maior desilusão sofrida pela esquerda mundial neste período. O PT foi o último partido operário de massas que surgiu no século 20 (...) Chegando ao poder no maior país do continente, depois de oito anos de uma administração neoliberal que denunciara, o partido não conseguiu romper com as mesmas ortodoxias que têm feito dos bancos e das instituições financeiras os grandes beneficiários de seus governos. Nenhuma bolsa do mundo tem contabilizado lucros tão estratosféricos como a de São Paulo, que disparou até um 900% no intervalo de cinco anos.

Desta forma, uma primeira compreensão do governo Lula é que ele opta por continuar as alianças com a burguesia e negligencia o caminho das reformas profundas, ao gerir o país segundo as regras do “possibilismo”, desenvolvimento dentro da ordem capitalista, não sendo capaz de criar alternativas em direção ao pós-neoliberalismo.

5 De acordo com Paulani (2012), complementarmente a isso, outras medidas também são tomadas para concluir o processo de inserção da economia brasileira nos circuitos mundiais de acumulação financeira: extensão da reforma da previdência aos servidores públicos, a reforma da Lei das Falências e as medidas para aumentar o grau de abertura financeira.

Entretanto, alguns intelectuais ligados ao governo afirmam que é um equívoco estabelecer linearidade entre as políticas de FHC e Lula. Eles argumentam que, apesar da manutenção dos pilares macroeconômicos do neoliberalismo, houve rompimento a partir de 2006 com maior presença do Estado, ao direcionar os investimentos e ampliar o crédito, ao redistribuir renda com aumento real do salário mínimo, ao ampliar as políticas sociais focalizadas, como o Bolsa Família. Da mesma forma, ao reorientar a política externa do país, com superávits da balança comercial especialmente em *commodities*, com pagamento da dívida com o FMI e a diminuição da dependência dos EUA, ampliando o arco de relações do comércio externo, especialmente Sul-Sul (ROUSSEFF, 2010; MERCADANTE, 2010; POCHMANN, 2011).

Fagnani (2011, p. 76) também compartilha desta posição. De acordo com o autor, a partir de 2006, o governo caminhou “no sentido de construir uma nova estratégia de proteção social baseada no desenvolvimento econômico com estabilidade, distribuição da renda e convergência entre as ações universais e focalizadas”.

Assim, parece que os movimentos de ampliação dos gastos no campo social com políticas focalistas, conforme Pochmann (2011), combinaram com a manutenção de ações e princípios conservadores. Deste modo, é possível caracterizar este período a partir do conceito da “modernização conservadora” iniciada por Vargas, a qual, segundo Ricci (2010), o “Lulismo”⁶ a complementar, uma vez que o governo também ampliou o bloco de poder dominante.⁷

De todo modo, a decisão política de ter o Estado mais presente no desenvolvimento econômico do país,⁸ o alinhamento dos movimen-

6 Sobre o “Lulismo” ver Singer (2009) e Ricci (2010).

7 Segundo Boito Jr. (2007, p. 64), a grande novidade no governo Lula consistiu em “possibilitar a ascensão política da grande burguesia interna industrial e do agronegócio, principalmente dos setores voltados para o comércio de exportação, embora, é verdade, não tenha quebrado a hegemonia das finanças e tampouco alterado a posição subordinada do médio capital no bloco no poder”.

8 Como exemplos, podemos citar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha

tos sociais e sindicais ao governo e a capacidade de negociação do presidente possibilitou ao governo, a princípio, compatibilizar interesses conflitantes. De um lado, os altos juros, os lucros das frações do grande capital financeiro e do agronegócio, os fundos públicos, as empresas estatais, os grandes grupos nacionais e, do outro, ampliação do crédito para segmentos da população com menor renda, os aumentos reais do salário mínimo e a ampliação da política social focalizada.

Com efeito, estão aí, neste governo Lula, guinadas a Ministérios estratégicos, lideranças das múltiplas frações da burguesia brasileira – a industrial, a comercial, a financeira, a agrária (...), lado a lado com o sindicalismo das grandes centrais sindicais e com a representação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). De outra parte, estão aí a revalorização da questão nacional, do Estado como agente indutor do desenvolvimento, o tema do planejamento na economia (...) (VIANNA, 2011, p. 25).

Como resultado, Pochmann (2011) observa que, desde meados da década de 2000 o Brasil vem experimentando um novo padrão de mudança social, o seu terceiro, com características diferentes dos anteriores, pois combina a expansão da renda *per capita* com diminuição da renda pessoal e com isso, também, nota-se para os anos de 2004 a 2010 uma redução média anual do desemprego (5,2%), da pobreza (4,8).⁹ O

Casa, Minha Vida. Assim, o Estado no governo Lula volta a estar presente no processo de indução do desenvolvimento econômico do país. Sobre a participação do Estado na economia, Mézáros (2012, p. 30) afirma que, apesar de todos os discursos e fantasias neoliberais de “recoo das fronteiras do Estado”, o sistema capitalista não viveria uma única semana sem a ajuda dele. “O capital, na fase atual de desenvolvimento histórico, tornou-se completamente dependente da oferta sempre crescente de “ajuda externa”.

- 9 Sobre a redução da pobreza no Brasil e mesmo em outros países, durante a vigência do neoliberalismo, Pereira e Amorim (2010) demonstram a necessidade de refletirmos sobre alguns conceitos, como: pobreza, extrema pobreza, linha de pobreza etc. Os autores colocam que “apesar das notícias midiáticas afirmarem grandes reduções percentuais da miséria e da pobreza no Brasil e no mundo, deve-se ter em mente que muitos dos que superaram a linha estipulada para o cálculo dessas duas situações o fizeram porque passaram a receber poucos reais (ou dólares) a mais. Isso explica, em parte, porque os programas de transferência de renda têm sido considerados a maneira mais eficaz de redução da indigência e da pobreza. Contudo, o que as notícias não divulgam é que os beneficiários deixam de ser miseráveis apenas na teoria; na prática, como já explicitado, as condições socioeconômicas que os fizeram

autor acredita que seja o efeito do conjunto das transformações na economia e da ampliação das políticas públicas, como o fortalecimento do setor industrial e a recuperação do ritmo de crescimento do mercado interno de consumo sustentado pela elevação da renda das famílias e expansão do crédito.¹⁰

Gonçalves (2010) demonstra que, de modo geral, a taxa de investimento no governo Lula é superior à média do país, considerando o período de 1890-2009 e que tanto a taxa de inflação como o indicador de vulnerabilidade externa são inferiores à média de todo o período republicano. Não obstante, as médias observadas para o crescimento econômico e hiato de crescimento estão abaixo do período citado. O pior desempenho do governo é no indicador de fragilidade financeira, referente à relação entre a dívida interna pública federal e o produto interno bruto (PIB).

A estratégia de investimento adotada pelo governo brasileiro, apesar de apresentar sinais de recuperação, com crescimento do PIB, sua magnitude continua muito aquém da necessidade da economia brasileira. Ainda são altos os juros da dívida pagos ao setor privado e, da mesma forma, o superávit primário.¹¹

Diante disso, o Estado, para aumentar os investimentos em setores importantes do país, realiza parcerias com empresários. Elas foram defendidas por setores do governo, como o Banco Nacional de Desen-

pobres se mantêm”. Ainda sobre isso, os dados que o autor apresenta esconde o que poderíamos chamar de “pulo do gato” do governo Lula, ou seja, por trás das informações de redução da extrema pobreza, crescimento da classe média, esconde o imobilismo patrimonial.

10 É importante apontar que o setor produtivo fortalecido pelo governo Lula é aquele que produz bens para exportação de baixo valor tecnológico. Como demonstra Paulani (2012), houve um processo de reprimarização da pauta de exportações no Brasil, com insuficiência, baixos salários e degradação da qualidade dos empregos oferecidos.

11 “Antes da crise de 2008, os elevadíssimos juros reais somados aos ganhos em mercados derivativos produzidos pela contínua valorização de nossa moeda fazia do país o paraíso dos ganhos rentistas” (PAULANI, 2012, p. 94). Somente em 2011, no governo Dilma, as taxas de juros diminuem significativamente.

volvimento Econômico e Social (BNDES),¹² e fazem parte das novas estratégias de governança urbana¹³ (HARVEY, 2006).

Por meio das parcerias, o governo ampliou o investimento em inovação,¹⁴ aumentou as concessões de crédito, as linhas de financiamento e as isenções fiscais.¹⁵ Seguindo esta estratégia, o Estado também contribuiu para a concentração de empresas nacionais, em condições de competirem no mercado internacional, realizou ações e movimentos de flexibilização das legislações trabalhistas e previdenciária e aumentou o investimento na qualificação profissional.

Assim, acreditamos que o modelo de desenvolvimento do governo Lula possui uma visão empreendedora ao se alinhar ao capital privado e possibilitar as condições para que ele aumente a acumulação. E, também, um direcionamento social, ao estabelecer e ampliar políticas sociais de assistência e proteção.¹⁶

-
- 12 Giambiagi et al. (2010) **expõem que em determinados setores como a infraestrutura de transporte ferroviário** ou a rede de distribuição de energia elétrica, água, gás e telefone, há fortes argumentos para que a gestão seja privada, mas com financiamento público. De acordo com os autores, os técnicos do BNDES possuem mais acúmulo de conhecimentos do que outras áreas do governo na privatização de empresas e na elaboração de contratos quando em parcerias público-privadas.
 - 13 Harvey (2006) considera que governança urbana significa muito mais que “governo” urbano, pois se trata de uma coalizão de forças mais ampla, em que o governo e a administração urbana apenas exercem o papel de facilitadores para adoção de posturas empreendedoras em relação ao desenvolvimento econômico.
 - 14 “Lula sanciona lei que impulsiona a inovação tecnológica no Brasil. Disponível em: <www.gestaoct.org.br>. Acessado em: 08/06/2012.
 - 15 Medidas que oneram o fundo público e diminuem os recursos que seriam investidos nas políticas sociais. Sobre o fundo público, Silva (2011) considera que existe uma intensa luta entre as classes sociais para se apropriarem dele. No cenário neoliberal, as frações da burguesia na correlação de forças com os trabalhadores têm levado vantagem.
 - 16 Harvey, em entrevista à revista *Desafios do desenvolvimento*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, na edição nº 71, ano 9, 2012, diz que o modelo de desenvolvimento do Brasil possui semelhanças com as políticas keynesianas, faz referência ao Bolsa Família e ao programa de investimento estatal em infraestrutura. Contudo, notamos, também, no modelo de desenvolvimento do governo, características do Estado schumpeteriano anunciado por Bob Jessop (apud ARIENTI, 2003). As políticas orientadas por este modelo não estão preocupadas com o pleno emprego, mas apenas em assegurar as condições de competitividade das empresas no mercado global.

Nesse sentido, o Estado, ao aumentar os gastos no campo social, ameniza a situação de miséria de uma parcela da população e garante minimamente acesso a serviços sociais básicos. O que paralelamente contribui para que a economia cresça, seja através dos benefícios monetários como o Bolsa Família, seja pela oferta de bens e serviços – saúde, educação etc. –, seja por meio da contratação de força de trabalho ou com o desenvolvimento de infraestrutura.

Observa-se, por fim, que a estratégia de desenvolvimento do governo Lula põe em cheque a visão dicotômica existente entre política social e política econômica. O gasto social alimenta e retroalimenta decisiva e positivamente a economia brasileira.¹⁷ “Sem as transferências previdenciárias, assistenciais, trabalhistas, sem os serviços e os bens relacionados à habitação e ao saneamento, a economia do país daria vários e vários passos atrás” (FERREIRA et al., 2010, p. 18). Neste sentido, a política social está intrinsecamente ligada à política econômica, potencializando a acumulação capitalista.

Desta forma, mesmo com os avanços na redução da pobreza extrema, a inclusão de mais pessoas como consumidores e a atenção destinada às regiões mais precárias do país, contata-se que as intervenções sociais do governo foram extremamente seletivas, focalistas. Ademais, muitos programas possuem caráter essencialmente assistencialista e de conservação e atendimento a interesses políticos de frações das classes que compõem o bloco no poder.

Assim, instiga-nos compreender de que forma esses limites se expressam e reproduzem nos contornos da política esportiva brasileira,

17 Não é objeto deste estudo, mas é necessário analisar criticamente os problemas gestados pelo atual modelo econômico, mesmo em contexto de crescimento do PIB. Nesse sentido, é também importante discutir as características das políticas sociais, focalizadas, que vêm sendo desenvolvidas. Souza (2011) aponta algumas contradições importantes sobre o processo de expansão da assistência social no governo Lula e demonstra retrocessos no campo das políticas de proteção social. Ainda sobre isso, um aspecto também necessário de análise é o modelo de tributação do país. Afinal, utilizamos de maneira demasiada os tributos regressivos, enquanto subutilizamos os progressivos, sendo um sério limitador da mudança da realidade brasileira por meio das políticas sociais (FERREIRA et al., 2010).

especialmente num dos principais programas do Ministério do Esporte (ME), o Programa Esporte e Lazer da Cidade (Pelc).

O direito ao esporte e o programa Esporte e Lazer da Cidade

Conforme Manhães (2002, p. 25), até à Constituição de 1988, “todas as medidas definidoras de políticas, conceito e prioridades, no campo do esporte, foram originárias do período chamado Estado Novo [...] com modificações apenas periféricas ou formais”.

Com a nova Constituição, o esporte passa a figurar como direito de cidadania. Apesar disso, continuou, ao longo da década de 1990, marginalizado no momento da elaboração e implementação de políticas públicas. Os poucos recursos destinados a políticas sociais são prioritariamente, frente o quadro de desigualdade social, para educação, saúde, habitação e segurança (BRACHT, 2005; SUASSUNA, 2007).

A partir de 2003, com a criação do ME,¹⁸ houve uma modificação institucional significativa. Apesar do orçamento ainda incompatível com as necessidades existentes, o governo federal buscou formular uma política nacional para o setor.

Nota-se uma maior participação e representatividade dos atores envolvidos em sua produção,¹⁹ bem como aumento no acesso às práticas esportivas. Dentre os diversos programas do ME destacamos o Pro-

18 O Decreto nº 4.668, de abril de 2003, criou a estrutura e os órgãos do Ministério do Esporte, que sob o comando do Partido Comunista do Brasil desde o início, atualmente possui três secretarias nacionais: a) Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social; Secretaria Nacional do Esporte de Alto Rendimento; Secretaria Nacional do Futebol e Direito do Torcedor. Conforme a Medida Provisória nº 103/2003, o ME possui como objetivo “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do Esporte e Lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando, para o desenvolvimento nacional e humano”. Desta forma, destacam o Programa Segundo Tempo e o Programa Esporte e Lazer da Cidade.

19 Faz-se referência à realização de conferências municipais, estaduais e três conferências nacionais de esporte. Tais movimentos descontínuos, de inversão de prioridades e, por consequência, prevalência do modelo hegemônico de esporte necessitam de reflexões mais profundas do meio acadêmico e a inserção de entidades da sociedade civil de cunho científico e crítico, como membro do Conselho Nacional do Esporte.

grama Esporte e Lazer da Cidade (Pelc), inscrito no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, com o objetivo de “promover o acesso ao esporte recreativo e ao lazer”.²⁰

O Pelc ancora-se em três eixos: a) manter os núcleos esportivos nas comunidades e fomentá-los; b) consolidar os Centros de Desenvolvimento de Estudos do Esporte Recreativo e do Lazer (Rede Cedes); c) implantação e modernização de infra-estrutura para esporte educacional, recreativo e de lazer.

Para a viabilidade das ações, são firmadas parcerias com estados, municípios, universidades e organizações do Terceiro Setor, sempre por meio de convênios. Os recursos também são disponibilizados por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pro-nasci), com o qual são firmadas parcerias para implementação de núcleos do Pelc nas áreas por aquele atendidas.

Em termos gerais, os princípios do Pelc são os mesmos presentes no documento Política Nacional de Esporte, publicado em 2005: a) Reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e violência social; b) Esporte e lazer como direito de cada um e dever do Estado; c) Universalização e inclusão social; d) Democratização da gestão e da participação (BRASIL, 2005).

Quanto ao eixo Funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer, objeto deste estudo, o programa ampliou gradualmente, ao longo dos anos, a oferta de atividades de lazer para a população brasileira nas diversas faixas etárias²¹ (BRASIL, 2011).

20 Entre 2003 e 2010, o Pelc esteve vinculado à Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL). Entretanto, em 2011 ele passou a ser conduzido pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS).

21 Souza et al. (2010) identificaram que entre os beneficiados do programa destacam-se crianças e adolescentes. Entre os adultos jovens (18 a 44 anos) eram 12,2%, 9% tinham entre 45 e 59 anos e 7,5% possuíam mais de 60 anos. Os dados apresentados *a priori* demonstram a dificuldade do programa em chegar à população em idade laboral. Outro ponto que também merece discussão é sobre como vem sendo tratado o princípio da intergeracionalidade no Pelc. Este que é um dos pilares do programa, ao possibilitar troca de conhecimentos, de cultura, entre as diferentes gerações, possui dificuldades de concretizar-se no Pelc, seja pelo

Conforme as diretrizes do Pelc (2009), o programa é estruturado em núcleos, com no máximo 400 inscritos.²² Cada núcleo é atendido por um coordenador e seis agentes sociais.²³

As atividades contemplam as manifestações da cultura corporal, sendo organizadas sob a forma de oficinas, com local e horário pré-estabelecidos, de caráter permanente e/ou rotativo, de acordo com as características e interesses dos participantes, sendo desejável que todos frequentem no mínimo duas atividades diferentes.

Além das atividades regulares, as diretrizes preveem atividades assistemáticas (eventos), cujo objetivo é a integração entre os participantes do núcleo com os demais cidadãos. Os eventos são vistos como parte integrante da execução do Pelc, organizados de forma coletiva envolvendo a comunidade como um todo, nos diversos momentos da execução do convênio.

Até 2010, foram formalizados 670 convênios, que permitiram 10.602.559 atendimentos a cidadãos de 1.277 municípios com atividades de esporte recreativo e de lazer. Isto gerou 18.995 postos de trabalhos e capacitação de 22.898 agentes sociais e gestores, em 64 horas de curso, divididas em módulo introdutório e de avaliação (BRASIL, 2011).

Apesar dos dados serem expressivos para a realidade do setor esportivo brasileiro, o ME está bem distante de implementar uma política universal de esporte e lazer. O Pelc, que representa um marco conceitual referenciado em princípios emancipatórios,²⁴ sofreu ao longo dos anos com a contenção de recursos e a subordinação da agenda do

não entendimento dos gestores locais, seja pela fragmentação das ações do ME em grupos específicos, ou ainda, pelo baixo público do programa nesta idade.

22 Embora a análise contemple todo o período do governo Lula, optou-se por referenciar apenas os anos de 2009 e 2010, pela dificuldade encontrada em obter dados precisos dos anos anteriores.

23 No caso do Pelc Vida Saudável existe um coordenador de núcleo e dois agentes sociais de esporte e lazer (Pelc/Vida Saudável).

24 Ver Athaide, Neto e Vieira (2012).

ME inicialmente ao Programa Segundo Tempo (PST) e ao esporte de alto rendimento (EAR).

Outro obstáculo ao desenvolvimento dos núcleos do programa é a precariedade e a má distribuição da infraestrutura esportiva e de lazer existente nos municípios. Apesar da existência de um eixo no Pelc, os recursos, advindos especialmente de emendas parlamentares individuais, são direcionados para regiões do deputado que a propôs e servem especialmente à prática do esporte de alto rendimento (EAR).

Configuração do financiamento e do gasto

Neste momento, passamos aos aspectos financeiros do eixo Funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer. Boschetti (2009) trabalha com três indicadores: a) fontes do financiamento; b) direção dos recursos; c) magnitude dos gastos. Para este texto, seguiremos estas referências da autora e seus desdobramentos.

Conforme informações disponíveis no portal Siga Brasil (2011), as fontes para o financiamento do desporto e lazer são de recursos ordinários e de contribuições sobre recursos de prognósticos. Estes estão vinculados às loterias, já aqueles a impostos como o Imposto de Renda (IR) e o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI).

A prioridade do ME sempre foi o Programa Segundo Tempo, desenvolvido pela secretaria comandada pelo PCdoB. O Pelc até 2010 era conduzido pela SNDEL locus do(s) grupo(s) do PT. Os membros do PCdoB, que comandavam o ME, não viam com bons olhos a presença do PT, ou melhor, dos membros que estiveram na frente da SNDEL, entre 2003 e o início de 2006, seja pela capacidade política, seja pelo potencial acadêmico científico e crítico.

O fato é que o Pelc sofreu com o contingenciamento de recursos. Castellani Filho (2007, p. 2), que fora o secretário, o descreve da seguinte forma:

Ao longo dos últimos três anos sobreviveu às intempéries da quase total e absoluta ausência de recursos orçamentários-financeiros, vítima de uma brutal asfixia – ante um já minguado orçamento ministerial, também ele fortemente contingenciado. Só não foi ferido de morte por causa do sentido inovador de seu desenho conceitual inspirado nas experiências administrativas de governos populares e democráticos (...).

Como alternativa, os gestores do Pelc estabeleceram parcerias com parlamentares do PT que, por meio das emendas, financiaram várias atividades do programa. Assim, muitos dos recursos, especialmente para infraestrutura, são oriundos de emendas dos deputados e senadores. Numa leitura aligeirada, isso pode causar uma impressão de que as ações do Pelc receberam mais recursos do que os de fato recebidos (CASTELAN, 2011).

Neste estudo, nos baseamos nos dados anuais do Portal da Transparência localizados em “Gastos Diretos” e “Transferências de Recursos” efetuados pelo governo federal, de 2004 a 2010 – primeiro ano em que os dados estão disponíveis até o último ano do governo Lula.

De 2004 a 2010 os “gastos diretos do governo”²⁵ com o Pelc atingiram o montante de 5.199.585,46 milhões de reais.²⁶ Nos últimos três anos, houve um aumento progressivo (Tabela 1), como ocorreu com o próprio orçamento do ME.

25 Ver Glossário, presente no Portal da Transparência do governo federal. Disponível em: <www.portaldatransparencia.gov.br/glossario>. Acessado em: 12/11/2012.

26 Para todos os dados apresentados foi usado o deflator – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna) – IGP-DI.

Tabela 1. Gastos Diretos do Governo entre 2008 a 2010

Ano	Gastos Diretos do Governo
2008	730.720,86
2009	747.743,55
2010	3.721.121,05

Fonte: Portal da Transparência. Elaboração do autor.

Ao compararmos estes valores com os de “Transferência de Recursos da União”²⁷ (Tabela 2), há uma enorme disparidade entre o montante de recursos destinados ao programa e os gastos efetivos do governo, para sua execução.

Tabela 2. Comparação entre Transferência de Recursos da União e os Gastos Diretos do Governo

Ano	Transferência de Recursos da União	Gastos Diretos do Governo
2008	26.569.230,36	730.720,86
2009	15.516.307,34	747.743,55
2010	21.687.544,80	3.721.121,05

Fonte: Portal da Transparência. Elaboração do autor.

Quando comparamos o direcionamento dos gastos por programa de cada secretaria finalística, percebemos a predominância do investimento no EAR. Em 2004, cerca de 9% dos recursos destinados a funcionamento de núcleos de esporte foram para o Pelc, enquanto

²⁷ Ver Glossário, presente no Portal da Transparência do governo federal. Disponível em: <www.portaldatransparencia.gov.br/glossario>. Acessado em: 12/11/2012.

isso o PST recebeu 42% e o EAR 49%. Entre 2005 e 2010, temos os seguintes dados:

Tabela 3. Gastos com os programas do ME

Ano	Pelc	PST	EAR
2005 a 2007	6%	32%	56%
2008 a 2010	11,6%%	23,3%	55,1%

Fonte: Castelan (2011) e Portal da transparência. Elaboração do autor.

Durante o governo Lula “os valores absolutos investidos em funcionamento do programa de alto rendimento tiveram um crescimento maior que o dobro daquele apresentado pelos programas voltados ao esporte de participação e educacional juntos” (CASTELAN, 2011, p. 129).

Essa relação do setor público com as organizações esportivas e demais atores ligados ao EAR (mídia e mercado) deve ser intensificada nos próximos anos, tendo em vista o Plano Decenal elaborado na III Conferência Nacional do Esporte, ocorrida em 2010, a realização da Copa Fifa 2014 e dos Jogos Rio 2016.²⁸

As políticas sociais de esporte e lazer, materializadas especialmente por meio do PST e Pelc ficarão cada vez mais submissas à agenda do esporte como um emulador do crescimento econômico do país.

Gestão e controle democrático

Sobre este terceiro aspecto, Boschetti (2009) destaca três indicadores de análise: a) relação entre esferas governamentais; b) relação

28 Os dados previstos no dossiê de candidatura pelo governo para a organização dos Jogos Olímpicos Rio 2016 superam o total de recursos gastos nos sete anos do Pelc. O evento prevê gastar cerca de R\$ 28,8 bilhões.

entre as esferas não governamentais; e, c) participação e controle social. É sobre isso que passamos a fazer as mediações com o Pelc.

O modelo de gestão considera como fundamental a descentralização e a participação dos sujeitos sociais. A gestão dos núcleos é feita pelo Comitê Gestor, composto por membros da entidade conveniada, trabalhadores do programa, beneficiados e movimentos populares. Eles possuem a responsabilidade de “acompanhar, coordenar, fiscalizar e monitorar as ações do convênio; efetivar a avaliação processual dos agentes sociais de esporte e lazer e das atividades desenvolvidas; realizar reuniões regulares” (BRASIL, 2008).

O governo federal garante boa parte dos recursos e as entidades conveniadas (governos estaduais, municipais, Distrito Federal e organizações não governamentais) contribuem com um percentual menor. A União ainda “acompanha e orienta a organização dos núcleos de esporte e lazer, apresentando diretrizes e princípios veiculados por meio de uma política de formação” (HUNGARO et al., 2012, p. 86).

Pela própria concepção do Pelc, os parceiros preferenciais para o desenvolvimento do programa são entidades públicas. Contudo, na ausência do interesse destes, de forma contraditória, foram realizados diversos convênios com entidades do Terceiro Setor.²⁹ Vejamos o caso do Distrito Federal:

(...) pela oposição política ao governo federal, a materialização dos programas federais – para implementar núcleos do programa em questão – foi inviabilizada na relação entre os entes federativos. Nessas circunstâncias, os militantes progressistas do campo do esporte e lazer que residiam no Distrito Federal tiveram de buscar

29 Harvey (2011, p. 204) comenta que as entidades do chamado Terceiro Setor, financiadas por interesses estatais e privados, se abstêm de uma política estritamente capitalista mesmo defendendo ideias e causas progressistas. “Em alguns casos, no entanto, elas são ativamente neoliberais, defendendo a privatização de funções do Estado de bem-estar social ou promovendo reformas institucionais para facilitar a integração de populações marginalizadas no mercado (...)”.

saídas para que a população pudesse ter acesso a esta política do governo federal. A saída foi a criação de um consórcio de entidades da sociedade civil, com tradição de lutas sociais, vinculadas ao esporte e ao lazer (Ibid., p. 58).

As parcerias com entidades públicas e privadas na tentativa de garantir o acesso ao lazer a todos os cidadãos, possuem o acompanhamento da sociedade civil por meio do sistema de ouvidoria do ME e, principalmente, através da organização social que é indicada pelo conveniente para acompanhar o desenvolvimento das oficinas, dos eventos e das ações de formação modular (BRASIL 2008).

Se, no âmbito local, o Pelc requer parcerias para ser implementado, no cenário nacional o programa tem como uma de suas marcas a intersetorialidade. Ele possui parcerias com o Ministério da Educação através do programa Mais Educação, com o Ministério do Turismo pelo programa Viaja Mais-Melhor Idade, com o Ministério da Cultura com o programa Mais Cultura, com o Ministério da Justiça, no caso do Pronasci e com o Ministério do Desenvolvimento Social por meio do Centro de Referência de Assistência Social-Cras (SOUZA et al., 2010).

O caráter interdisciplinar do programa requer uma equipe de trabalho também multiprofissional, o que se concretiza por meio dos agentes sociais de esporte e lazer. Assim, os trabalhadores do Pelc possuem formação variada e com “(...) perfil de mobilizadores sociais, com legitimidade junto à comunidade para, a partir de suas inserções, exercerem o papel de aglutinadores dessas comunidades (...)” (CASTELLANNI FILHO; VERONEZ; LIAO JR., 2008, p. 82) e incentivadores da vivência dos conteúdos do lazer (atividades artísticas, físicas, manuais, turísticas e intelectuais).

A formação continuada promovida pelo programa é fundamental tanto para a formação profissional dos trabalhadores e gestores do programa, para a avaliação do trabalho realizado, como para promover a auto-organização da comunidade e dos agentes sociais.

Ela ocorre em três níveis: local, regional e nacional, sendo que o primeiro se restringe a questões teórico-pedagógicas e administrativas do convênio e os outros problematizam em nível nacional estas questões. A formação local é dividida em pelo menos três momentos: a) um introdutório com caráter de aproximação aos conceitos, princípios do programa; b) o segundo articulado à execução do convênio; c) e, um no final, avaliando o programa (ATHAYDE; NETO; VIEIRA, 2012).

Como pano de fundo, o Pelc propõe após o término do convênio que a comunidade tenha uma estrutura governamental e conhecimentos para continuar e reformular as ações sistemáticas e assistemáticas de lazer desenvolvidas.³⁰

Essa é uma importante inovação no modelo de gestão de programas de esporte e lazer no país. Uma proposta que, sustentada num projeto social de mundo diferente do existente, aposta na emancipação dos participantes, mesmo reconhecendo os limites da ordem social vigente, o que significa a construção de uma *autonomia esportiva*.

Apesar das mudanças ocorridas nos últimos anos, o Pelc continua com um modelo de gestão que se propõe como democrático e participativo. Contudo, as dificuldades dos gestores em compreender suas nuances ainda persistem. Afinal, o modelo tradicional burocrático e centralizado permeia a administração pública.

Inclusive, esta parece ser a tendência do Pelc para os próximos anos, tendo em vista as mudanças de gestão do programa no âmbito do ME.³¹ Assim, mesmo que os documentos oficiais apontem para a democratização, descentralização e participação social, como é o caso

30 Souza et al. (2010) constataram algo interessante ao entrevistarem beneficiados pelo programa. Ao serem perguntados o que aconteceria quando o convênio terminasse a vigência, mais da metade respondeu **que a comunidade reivindicaria junto aos órgãos públicos a continuidade das atividades**, ou continuaria com as atividades independente do programa.

31 Estamos fazendo referência à incorporação do programa pela SNelis, onde também estão o PST e o Pintando a Liberdade e Cidadania.

do PST, cresce a preocupação dos gestores em estabelecer critérios e padrões para celebração e execução do programa.

Ao tempo em que a adoção de critérios rígidos busca garantir um mínimo de qualidade no atendimento aos beneficiados, também pode comprometer a possibilidade anunciada nas diretrizes de auto-organização e trabalho coletivo, engessando o funcionamento dos núcleos.

Apesar de formalmente o Pelc estimular a participação social, nota-se a existência de barreiras seja pelo desinteresse da comunidade ou a ausência de uma estratégia do ME de estímulo e de valorização do controle democrático exercido pelos cidadãos.

Considerações finais

Este estudo realizou análise da execução do Pelc no período entre 2004 a 2010, nos aspectos referentes ao direito ao esporte e ao lazer, ao financiamento e à gestão do programa. Isso, no contexto das políticas sociais desenvolvidas pelo governo Lula e da realização nos próximos anos da Copa da Fifa 2014 e Jogos Rio 2016.

A partir de 2003, as políticas de esporte e lazer são administradas pelo ME. Pela primeira vez, o país possui uma pasta específica para o campo esportivo. Conduzido pelo PCdoB, o Ministério passou a tratar o esporte, por meio dos programas sociais, como um direito social.

O programa, que melhor representa esta nova compreensão governamental, sem dúvida, é o Pelc. Com um desenho conceitual inovador, ele possui suas diretrizes e pressupostos (auto-organização, trabalho coletivo, intergeração etc.) que rompem com as políticas tradicionalmente desenvolvidas no setor.

Inspirado em experiências acadêmicas e de administrações do campo popular e democrático, se estrutura em três eixos: a) funciona-

mento de núcleos de esporte recreativo e de lazer; b) desenvolvimento de infraestrutura; c) rede de centros de desenvolvimento de pesquisa.

Nosso foco de análise foram os núcleos de esporte recreativo e de lazer, eixo articulador do programa. A compreensão do esporte e lazer como direito social possibilita aos participantes, por meio do Pelc, a vivência de atividades culturais sistemáticas (oficinas) e assistemáticas (eventos), desenvolvidas pelos trabalhadores vinculados ao programa (agentes sociais).

Cada núcleo do programa, que possui um coordenador e seis agentes sociais, atende cerca de 400 pessoas de todas as idades nos espaços (públicos ou privados) existentes na comunidade.

Apesar do seu desenho inovador, o programa sofreu, ao longo dos anos, com a asfixia orçamentária. Diante de um orçamento ministerial pequeno e constantemente contingenciado, de disputas no interior do ME e da priorização do PST como programa social, o Pelc sobreviveu basicamente de emendas parlamentares.

O Pelc continua preterido pela gestão da pasta, confirmada pela ausência, em 2011, de edital para a formalização de novas parcerias. O crescimento no orçamento, nos últimos anos, reflete o crescimento de recursos recebidos pelo ME.

Quanto ao aspecto da gestão e do controle democrático, o programa prevê o compartilhamento de responsabilidades, com a formação de um grupo gestor. No desenho conceitual do programa, a sociedade civil é estimulada a acompanhar a execução e sugerir mudanças para o aperfeiçoamento das atividades ofertadas.

Ao fim das atividades ofertadas pelo convênio, a perspectiva é que a comunidade reconheça o esporte e o lazer como direitos sociais e possa reivindicar a continuidade das ações e/ou realizá-las autonomamente.

Por fim, observamos barreiras para a boa execução do programa. Sem dúvida, a principal é a orçamentaria, mas ainda possui a dificuldade dos gestores conveniados em entender a proposta do Pelc, muito pela hegemonia no setor do modelo piramidal, tradicionalmente vinculado ao esporte de alto rendimento.

Outra limitação visualizada é a dificuldade em trabalhar o programa de forma a promover a troca de experiências entre as diferentes gerações. Por fim, notamos a necessidade de que a formação promovida pelo ME possibilite aos agentes, tendo em vista a heterogeneidade da qualificação do grupo, a compreensão, de fato, dos conhecimentos pedagógicos sobre o esporte e o lazer a partir dos supostos teóricos que sustentam o programa.

Concluimos este estudo com a certeza da necessidade de novas investigações, que aprofundem algumas das temáticas elencadas e contribuam para o aperfeiçoamento do Pelc como uma política que garanta a todos o direito de acesso ao esporte e ao lazer.

Referências

- ARIENTI, Wagner Leal. Do Estado keynesiano ao Estado schumpeteriano. *Revista de Economia Política*, v. 23, n. 4, out.-dez./2003.
- ATHAYDE, Pedro; NETO, Alfredo Feres; VIEIRA, Luiz Renato. Estado, poder e programas sociais: o Pelc e o governo Lula. In: FILGUEIRA, Dulce; NETO, Alfredo Feres (orgs.). *Esporte e lazer: a cidadania em construção*. Brasília: Thesaurus, 2012.
- BEHRING, Elaine R. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BOITO Jr., Armando. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. *Revista Sociologia e Política*, n. 28, p. 57-73, jun./2007.
- BORON, Atilio A. *O socialismo no século 21: há vida após o neoliberalismo?* Trad. Fabiane Tejada da Silveira et al.. São Paulo: Expressão popular, 2010.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.

BRACHT, Valter. *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. 3. ed. Injuí: Unijui, 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. CONFERÊNCIA NACIONAL DO ESPORTE. 3. Texto básico. Brasília: Ministério do Esporte, 2010.

_____. Decreto nº 4.668, de 09/04/2003. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério do Esporte, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, abril/2003, p. 2.

_____. Portaria nº 098, de 29/06/2003. Indica os membros do Conselho Nacional do Esporte (CNE). Brasília, 2003.

_____. Política Nacional do Esporte. Brasília: ME, 2005. 44 p.

_____. Orientações para implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade. Brasília. Disponível em: <www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/Pelc2012/diretrizesPelc2011.pdf>. Acessado em: 11/09/2012.

_____. Esporte. 2011. Brasília. Disponível em: <https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro4/4.4_Esporte.pdf>. Acessado em: 10/09/2012.

_____. Por dentro do Brasil – Esporte/Secretaria de Comunicação Social. Brasília: Secom. Comitê Olímpico Brasileiro. RIO 2016: cidade candidata. Dossiê de candidatura, v 1. Rio de Janeiro: COB, 2009.

CASTELAN, Lia Pologato. *As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010)*. Campinas, 2011. 188f. Dissertação Mestrado em Educação Física. Campinas-SP: Unicamp, 2011.

CASTELLANI FILHO, Lino (org.). Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

CASTELLANI FILHO, L.; VERONEZ, Luiz Fernando Camargo; LIAO JR., Roberto. O esporte recreativo, o lazer, a saúde, a ciência e tecnologia no âmbito da política nacional do esporte no 1º governo Lula (2003/2006). In: HUNGARO, Edson Marcelo; SOUSA, Wilson Luiz Lino de (orgs.). *Cultura, Educação, Lazer e Esporte*. Santo André-SP: Alpharrabio, 2008.

- FAGNANI, Eduardo. A política social do governo Lula: perspectiva histórica. *SER Social*, v. 13, n. 28, p. 41-80, jan.-jun./2011.
- FERREIRA, Helder et al. Perspectivas da política social no Brasil. Instituto de pesquisa e econômica aplicada. Brasília: Ipea, 2010.
- GIAMBIAGI, Fabio et al. Papel do Estado, o projeto olímpico e a importância do legado e responsabilidade social. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis. *Brasil, novas oportunidades: economia verde, pré-sal, carro elétrico, copa e olimpíadas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.
- GONÇALVES, Reinaldo. Desempenho macroeconômico em perspectiva histórica: governo Lula (2003-2010). In: MAGALHAES, João Paulo de Almeida et al. *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- _____. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HUNGARO, Edson Marcelo et al. O programa esporte e lazer da cidade e a sociedade civil do Distrito Federal. In: FILGUEIRA, Dulce; NETO, Alfredo Feres (orgs.). *Esporte e lazer: a cidadania em construção*. Brasília: Thesaurus, 2012.
- MANHÃES, Eduardo Dias. *Política de esportes no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. Trad. Francisco Raul Cornejo et al., 2. ed. (rev. e ampl.) São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* Trad. Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MERCADANTE, Aloizio. *O governo Lula e a construção de um Brasil mais justo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.
- MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- PAULANI, Leda Maria. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. *Boletim de Economia e Política Internacional*, n. 10, abr.-jun./2012.
- PEREIRA, POTYARA, A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete, et al. *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 87-108.

- PEREIRA, Camila Potyara; AMORIM, Álvaro André Santarém. Pobreza no Brasil e na América Latina: concepções restritas em realidades complexas. *Argumentum*, v. 2, n. 2, p. 132-148, jul.-dez./2010.
- POCHMANN, Marcio. *Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.
- RICCI, Rudá. *Lulismo: Da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2010.
- ROUSSEFF, Dilma. Um país para 190 milhões. In: GARCIA, Marco Aurélio; SADER, Emir (org.) *Brasil entre passado e o futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ Boitempo, 2010.
- SADER, Emir. Brasil, de Getúlio a Lula. In: GARCIA, Marco Aurélio; SADER, Emir (org.) *Brasil entre passado e o futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Boitempo, 2010.
- SILVA, Gisele Souza da. Dívida pública e política social no governo Lula: Fundo público sob o capital portador de juros. *SER Social*, v. 13, n. 28, p. 81-103, jan.-jun./2011.
- SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. *Revista Novos Estudos*. 2009. Disponível em: <<http://novosestudios.uol.com.br/acervo/acervo.asp>>. Acessado em: 23/10/2011.
- _____. *A segunda alma do partido dos trabalhadores*. Ed. 88. São Paulo: Cebrap, 2010. Disponível em: <<http://novosestudios.uol.com.br/acervo/acervo.asp>>. Acessado em: 23/10/2011.
- SOUZA et al. Sistema de monitoramento & avaliação dos programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte. Belo Horizonte: O Lutador, 2010.
- SUASSUNA, D. M. F. Políticas públicas para o esporte e o lazer no Brasil (1996-2005). In: SUASSUNA, D. M. F.; AZEVEDO, Aldo A. (org.). *Política e lazer: interfaces e perspectivas*. Brasília: Thesaurus, 2007.
- VIANNA, Luiz Werneck. *A modernização sem o moderno: análises de conjuntura na era Lula*. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Astrojildo Pereira/Contraponto, 2011.
- VIEIRA, Evaldo. *Democracia e política social*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.
- VERONEZ, L. F. C. *Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988*. Tese Doutorado em Educação Física, 370f. Campinas-SP: Unicamp, 2005.